

# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NUMERO - \$40

Toda a correspondéncia, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional de Lisboa.

ASSINATURAS									
As três séries Ano	3605	Semestre							2005
A 1.ª série · · · »	1408	))			٠		٠		80.5
A 2.ª série n	1205	))	٠				٠	٠	109
A 3. <sup>a</sup> série »	1205	))	٠	٠	٠	٠	٠	٠	703
Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio									

O preço dos anúncios é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação de depósito prévio a efectuar na Imprensa Nacional de Lisboa.

# AVISO AOS ASSINANTES

Todos os assinantes do «Diário do Governo» cujas assinaturas terminem no fim do corrente mês são prevenidos de que as devem renovar, remetendo a importância respectiva, a fim de não sofrerem interrupção na remessa.

Os preços são os seguintes:

As 3 séries: 360\$ por ano ou 200\$ por semestre. A 1.ª série: 140\$ por ano ou 80\$ por semestre A 2.ª série: 120\$ por ano ou 70\$ por semestre. A 3.ª série: 120\$ por ano ou 70\$ por semestre.

Para o estrangeiro ou ultramar acrescem os portes do correio.

### SUMÁRIO

## Ministério dos Negócios Estrangeiros:

## Aviso:

Torna público ter o Governo da República Somali depositado o instrumento de adesão à Convenção da Organização Meteorológica Mundial, assinada em Washington em 11 de Outubro de 1947.

### Ministério do Ultramar:

# Portaria n.º 20 640:

Torna extensivo às províncias ultramarinas, observadas as alterações constantes da presente portaria, o Regulamento sobre Substâncias Explosivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37 925.

# Ministério da Educação Nacional:

#### Declarações:

De terem sido autorizadas transferências de verbas dentro dos capítulos 5.º e 6.º do orçamento do Ministério.

# MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

#### Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo comunicação do Secretário de Estado norte-americano, o Governo da República Somali depositou junto do Departamento de Estado, em 2 de Março de 1964, o instrumento de adesão à Convenção da Organização Meteorológica Mundial, assinada em Washington em 11 de Outubro de 1947. A referente Convenção entrou em vigor, em relação à República Somali, em 1 de Abril de 1964.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 12 de Junho de 1964. — O Director dos Serviços Económicos Internacionais, Carlos Fernandes.

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

## MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Economia

#### Portaria n.º 20 640

Reconhecendo se haver conveniência em tornar extensivo ao ultramar, com as alterações e adaptações que o meio e as circunstâncias de cada província aconselharem, o Regulamento sobre Substâncias Explosivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37 925, de 1 de Agosto de 1950, e actualizado pelos Decretos-Leis n.ºs 42 095 e 43 127, respectivamente datados de 14 de Janeiro de 1959 e 23 de Agosto de 1960;

Não convindo, porém, por agora, criar nas províncias ultramarinas órgãos especiais para o licenciamento da indústria e comércio de explosivos, munições e armamento, continuando tal licenciamento atribuído aos órgãos e serviços ultramarinos que, de acordo com a legislação vigente, detenham a competência para o efeito;

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, em conformidade com a regra III da base LXXIII da Lei Orgânica do Ultramar, tornar extensivo às províncias ultramarinas o Regulamento sobre Substâncias Explosivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 37 925, de 1 de Agosto de 1950, com excepção do seu capítulo II, e ao qual são introduzidas as seguintes alterações ou aditamentos:

1.º As referências à Comissão de Explosivos são entendidas como feitas aos órgãos ou serviços que em cada província detenham a competência legal para licenciar a indústria ou o comércio de substâncias explosivas;

2.º As referências a Ministro da Economia são entendidas como feitas a governador-geral ou de província;

3.º As referências aos Ministros da Guerra ou da Marinha são entendidas como feitas ao Comando Militar da província;

4.º Os condicionamentos relativos à segurança pública e à defesa nacional impostos à indústria e comércio de